

A COLABORAÇÃO POLÍTICA TRANSNACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS CONTRA AS CRISES SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DA CUMBRE DE MUJERES ORIGINARIAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA

The transnational political collaboration of indigenous women against socio-environmental crises: the case of the Cumbre de Mujeres Originarias de la Cuenca Amazónica

Giacomo Otavio Tixiliski
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil

Informações do artigo

Recebido em 26/01/2024

Aceito em 06/04/2024

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n261.p201-227>

Copyright (c) 2024 Giacomo Otavio Tixiliski.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

TIXILISKI, Giacomo Otavio. A colaboração política transnacional das mulheres indígenas contra as crises socioambientais: o caso da *Cumbre de mujeres originarias de la Cuenca Amazónica*. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 49, n. 261, p. 201-227, jan./abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n261.p201-227>

Resumo

O artigo analisa a colaboração política das mulheres indígenas em redes transnacionais contra as crises socioambientais em curso. Especificamente, observamos o caso da *Cumbre de Mujeres Originarias de la Cuenca Amazónica* organizada por nove lideranças da COICA em 2021. Para isso, utilizamos uma metodologia qualitativa para contrapor os principais conceitos sobre a crise climática com as diferentes práticas políticas das mulheres indígenas; descrever a construção da Cumbre e suas propostas nos âmbitos local, regional e internacional e refletir sobre os discursos e as trajetórias individuais das lideranças da Cumbre a fim de compreender suas perspectivas desde/sobre a condição da mulher indígena na Amazônia. O principal resultado encontrado foi que as redes transnacionais podem fortalecer a identidade das mulheres em um espaço coletivo de trocas de experiências individuais capazes de modificar os hábitos locais, regionais e internacionais.

Palavras-chave: Mulheres indígenas. Política. Amazônia. COICA.

Abstract

The paper analyzes the political collaboration of indigenous women in transnational networks against the ongoing socio-environmental crises. In particular, we looked at the case of the *Cumbre de Mujeres Originarias de la Cuenca Amazónica* organized by nine COICA leaders in 2021. To do this, we used a qualitative methodology to contrast the main concepts about the climate crisis with the different political practices of indigenous women; to describe the construction of the Cumbre and its proposals at local, regional and international levels; and to reflect on the discourses and individual trajectories of the leaders of the Cumbre in order to understand their perspectives from/on the condition of indigenous women in the Amazon. The main result was that transnational networks can strengthen women's identity in a collective space for exchanging individual experiences capable of changing local, regional and international norms.

Keywords: Indigenous women. Politics. Amazon. COICA.

INTRODUÇÃO

“Há esperança porque as mulheres da floresta tropical estão se levantando”.
Nemo Andy Guiquita

A crise climática é planetária, mas as disrupções socioambientais são sentidas de diversas maneiras. As mudanças biofísicas do Planeta são acompanhadas pelas relações sociais complexas e, muitas vezes, conflituosas que geram responsabilidades assimétricas. No caso das mulheres indígenas, o papel imposto nesse sistema de responsabilidade (Whyte, 2014) é de guardiãs do território e dos recursos naturais por meio de seus conhecimentos multisseculares (Bhattachan et al., 2022). No entanto, as perspectivas que observam as mulheres apenas como vítimas, ou com papéis predefinidos conforme o gênero, são muito simplistas e arriscam ratificar uma visão patriarcal sobre as mulheres (Detraz, 2017).

Para Detraz (2017) é preciso conectar gênero e mudanças climáticas para revelar suas dinâmicas políticas a fim de propor novas formas de ação contra a destruição ambiental. Whyte (2014) observa que as ações coletivas das mulheres indígenas possibilitam essas formas de mitigação, principalmente na continuação de suas próprias comunidades. Em outras palavras, a construção da colaboração política das mulheres indígenas é imbricada com o gênero, etnicidade e aos relacionamentos com a natureza. As práticas políticas das mulheres indígenas são entendidas como movimentos de reivindicação de direitos e de reafirmação de agência política na sociedade. Os movimentos das mulheres indígenas utilizam-se sofisticadamente de normas nacionais ou internacionais para interseccionar suas identidades no sistema moderno (Picq, 2018). Nesse sentido, a colaboração política transnacional é a extensão dessas práticas, especialmente quando ocorre a convergências de reivindicação de direitos por meio de conferências, protestos, participação em fóruns internacionais e outras formas de práticas políticas realizadas por associações locais.

Pensando nisso, esse artigo visa compreender a colaboração política das mulheres indígenas por meio das redes transnacionais, especificamente a *Cumbre de Mujeres Originarias de la Cueva Amazónica*, promovida pela Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) em 2021. A principal hipótese é de que a formação das redes transnacionais das mulheres indígenas possibilita discussões sobre as crises socioambientais, ao mesmo tempo que as identidades individuais e coletivas são fortalecidas pelo encontro de experiências, projetos e propostas. A metodologia escolhida foi de análise qualitativa, já os

principais métodos de pesquisa aplicados foram de recolha de dados, discursos e documentos nas bases públicas disponibilizadas por jornais, revistas e o próprio site da Cumbre. Os dados encontrados foram selecionados, transcritos e analisados a partir da base teórica, principalmente, mas não só, o conceito de cosmopolitismo e interações democráticas de Benhabib (2011), das análises críticas de Vitale e Nagamine (2022) e das perspectivas das próprias lideranças analisadas.

Para atingir o objetivo proposto, o artigo foi dividido em três seções principais. A primeira seção problematiza os conceitos universais sobre a crise socioambiental contemporânea, tendo em vista as diversas percepções sobre um mesmo fato e suas reações políticas baseadas nas identidades dos/as impactados/as. A segunda seção analisa a construção da Cumbre e suas propostas políticas nos âmbitos local, regional e internacional. Já a terceira seção refletiu sobre os discursos e as trajetórias individuais das nove lideranças políticas que organizaram a Cumbre a fim de compreender suas perspectivas desde/sobre as mulheres indígenas na Amazônia.

CONCEITOS E PRÁTICAS: A INTERLIGAÇÃO ENTRE IDENTIDADE E AÇÃO POLÍTICA NAS CRISES SOCIOAMBIENTAIS

A crise climática contemporânea movimenta as/os estudiosos/as na busca por um conceito para compreendê-la. Um dos principais conceitos surgiu nos trabalhos de Paul Crutzen, que entende a humanidade como a principal força ecológica do planeta desde o final do século XVIII. Para ele, os cientistas e os engenheiros deveriam realizar projetos capazes de otimizar a natureza a fim de garantir um futuro sustentável (Crutzen, 2002). Mas o Antropoceno não se limitou ao seu entendimento formal¹. Por uma vertente sociológica, Dipesh Chakrabarty (2018) tensiona o Antropoceno das ciências naturais com os significados dados pelas humanidades, traduzindo a *força* gerada pelos humanos da biofísica no *poder* das ciências sociais. Além disso, Chakrabarty (2018) não se convence pela utilização de conceitos

¹ Como afirmam Taddei e Marras (2022, p. 10): "Em termos formais, o conceito de Antropoceno faz referência a uma época geológica evidenciada por registros estratigráficos, ou seja, pela maneira como as camadas de solo se formam pela deposição de matéria. As evidências que sustentam o argumento em favor da adoção do conceito referem-se às maneiras como a atividade industrial alterou a composição química da atmosfera, seu padrão de radioatividade e parte representativa dos materiais que ocupam a superfície do planeta".

abstratos como capitalismo para explicar as origens e a manutenção da crise climática porque entende que todas as análises são atravessadas pela ação humana, inclusive a acumulação de capital.

Grosso modo, a vertente antropogênica das ciências sociais, a qual Chakrabarty faz parte, visa entender a crise ambiental por meio de múltiplas análises da agência humana sobre a Terra. De certa maneira, essa perspectiva enfatiza a dicotomia Humano/Natureza, o que pode apagar algumas sobreposições oriundas dos processos políticos analisados. A colonização europeia é exemplo disso, na qual os humanos e extra-humanos subjugados passaram por um processo de modificação/destruição de seus modos de vida em favor de um habitar colonial que hierarquiza as subjetividades verticalmente sob uma economia de larga escala (Ferdinand, 2022). Desse modo, a hierarquização colonial produz uma dupla fratura (ambiental e colonial) que separa os humanos da natureza, mas que conduz à mesma exploração (Ferdinand, 2022).

No mesmo período de partida, ou seja, da expansão europeia do século XVI, Jason Moore (2015) forja o conceito de Capitaloceno para compreender as consequências dos processos de acumulação de capital na produção de natureza barata entre e intra-espécies. Em contraponto ao Antropoceno, Moore (2022) afirma que a grande força de modificação natural do planeta é o capital, e não os humanos. Em outras palavras, a crise socioambiental é capitalogênica. Para ele, os conceitos abstratos de teorias que utilizam o Antropoceno fogem da história real e não explicam os processos políticos necessários, especialmente aquele ligado a cristalização do conhecimento cartesiano dicotômico Mente/Corpo (Moore, 2022). Para Silvia Federici (2017), a divisão conceitual do corpo e da mente foi importante, mas não a única responsável pelo aumento do poder dos capitalistas europeus na transição do feudalismo para o capitalismo. A autora observa que a expropriação dos meios de subsistências e a escravização nas Américas e na África foram alinhadas “A transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho. Principalmente, exigiu a destruição do poder das mulheres, que, tanto na Europa como na América, foi alcançada por meio do extermínio das “bruxas” (Federici, 2017, p. 119).

Semelhante à Federici (2017), o coletivo ecofeminista venezuelano LaDanta LasCanta (2017) entende que a dominação das mulheres é central para a crise socioambiental, ou melhor, é parte do mesmo processo de destruição da natureza. Com isso, os conceitos de Antropoceno e Capitaloceno, na verdade, podem ser encontrados na proposta do Faloceno

do coletivo. Para elas, “[...] essas relações de dominação-destruição tiveram um efeito na dimensão temporal: no Faloceno, o tempo patriarcal — o tempo histórico — ultrapassou e corroeu o tempo geológico. Isso é evidenciado pelos efeitos colossais do atual modo de destruição que chamamos de patriarcado capitalista” (LaDanta LasCanta, 2017, p. 32, tradução nossa)².

Apenas com esse recorte resumido notam-se os conflitos epistemológicos derivados da tentativa de traduzir os fatos em conceitos e os conceitos em explicações inteligíveis. O problema aumenta quando observado que o humano não é homogêneo, que os processos de acumulação de capital mudam conforme o local e que as mulheres são diversas. Em resumo, a identidade pode ser um modificador direto para as análises acadêmicas. Veja, por exemplo, o caso da destruição do rio doce, Minas Gerais, pela Samarco Mineração S.A (empreendimento coletivo da brasileira Vale S.A e da anglo-australiana BHP Billiton) em 2015. A destruição gerou consequências materiais e imateriais irreparáveis, o que modificou o ciclo da vida nos espaços impactados (Fernandes et al., 2016). Humanos e extra-humanos foram sufocados pela lama e arrastados pela correnteza suja do metal. Para os sobreviventes sobraram as memórias dos que foram e a resiliência para continuar.

A destruição foi vivenciada de múltiplas formas. Os sobreviventes relatam a angústia de não receber a reparação esperada e das marcas de uma nova identidade imposta a eles: atingidos (Santos, 2022)³. Essa nova identidade legitima a luta das vítimas no poder judiciário com o intuito das reparações financeiras serem efetivadas. Já para o povo Krenak, as reparações não retomam a vida nas águas do rio. A grande vítima, para eles, é o Watu — como eles chamam o rio doce —. A percepção coletiva dos Krenak é de que o rio morreu e deixou órfãos inconsoláveis (Torre, Camporez, 2017). Shirley Krenak observa que a devastação promovida pela Samarco atingiu toda a estrutura espiritual de seu povo (Portugal, 2022).

² Trecho original: “[...] estas relaciones de dominación-destrucción han tenido efecto en la dimensión temporal: en el Faloceno, el tiempo patriarcal —el tiempo histórico— ha sobrepasado y erosionado al tiempo geológico. Así lo evidencian los colosales efectos del actual modo de destrucción que llamamos patriarcado capitalista”.

³ O relato de Maria das Graças Quintão dos Santos (2022) é o retrato dessa sensação: “Somos rotulados como atingidos. Não temos mais identidade própria. É uma palavra que ficou marcada na nossa vida. Nós temos nome, identidade e histórias, por mais que algumas tenham afundado na lama, elas existem”.

Como observam Pascoal e Zhouri (2021), a natureza para os Krenak faz parte do mundo relacional, ou seja, não é um objeto sobre o qual a vida acontece⁴.

Essas duas percepções sobre o mesmo impacto mostram que as lutas contra as injustiças socioambientais podem se encontrar em diversos pontos, mas, da mesma forma, se distanciam. Se as experiências são diversas, como compreender as próprias crises por meio de conceitos universais como o Antropoceno, o Capitaloceno e o Faloceno? Talvez, a resposta esteja com as vítimas e em seus aparatos ontológicos coletivos. No caso dos povos indígenas, e mais especificamente das mulheres indígenas, as práticas políticas podem ser excelentes guias nessa busca.

Trata-se de “indigenizar” o Antro-Capita-Falo-ceno. Pensando nisso, Whyte (2017) observou três abordagens indígenas sobre as mudanças climáticas capazes de modificar as concepções gerais: 1. As mudanças climáticas antropogênicas são intensificações do colonialismo imposto sobre os povos indígenas; 2. A renovação dos conhecimentos ancestrais fortalece os planos próprios de combate às mudanças climáticas; 3. As sociedades indígenas imaginam o futuro climático a partir de sua organização histórica coletiva e como sociedades que lidam com as disrupções do colonialismo, do capitalismo e da industrialização.

As práticas políticas indígenas conectam o passado com o presente e apontam para o futuro, sempre atuando em uma agência multidimensional entre humanos e extra-humanos. Alguns dos lemas dos movimentos das mulheres indígenas brasileiras exemplificam essa colocação, como “mulherificar, indigenizar e oncificar” o Congresso Nacional. Também é possível notar o tempo histórico fluído na fala da Deputada Federal Célia Xakriabá: “Nosso marco não é temporal. Nosso marco é ancestral” (Sumaúma, 2023, s.p). A coletividade também é presente na luta das mulheres indígenas, como analisa Sánchez (2004) no caso da participação feminina nas organizações políticas indígenas dos países latino-americanos. Para a participação ocorrer, foi preciso que as mulheres indígenas se entendessem como mulheres e, desse modo, provocassem mudanças de hábitos internos a partir de espaços de diálogos, de diferenciações e de reencontros marcados pela etnia e pelo gênero dos

⁴ Para os autores, “Quando dizem “o Watu é nosso parente”, não se trata de uma figura de linguagem, mas uma marcação das suas subjetividades. O rio, a pedra, a caverna, a montanha, a onça, o papagaio, são agentes no mundo” (Pascoal, Zhouri, 2021, p. 375).

participantes. Foi uma busca por reconhecimento da capacidade de ação das mulheres indígenas para garantir o futuro da coletividade (Sánchez, 2004).

A Conferência Mundial das Nações Unidas de Beijing em 1995 teve um papel central impulsionar a participação das mulheres indígenas nas organizações locais e nos espaços internacionais. Um ano antes, as mulheres indígenas latino-americanas já prepararam documentos e discursos que incentivaram a criação da Declaração das Mulheres Indígenas, discutida e assinada no Fórum das ONGs (ECMIA, 2020). O documento traz proposições e críticas a Plataforma de Ação da Conferência, o que tensionou com os objetivos propostos pela maioria não-indígena⁵.

O resultado desse documento foi muito mais direcionado para a integração e a organização das mulheres indígenas do que no convencimento das mulheres não-indígenas. Tanto é que o *Enlace Continental de Mujeres Indigenas de las Americas* (ECMIA), organiza encontros anuais para discutir e compartilhar conhecimento entre as representantes de todos os cantos das Américas. Para Tarcila Rivera Zea (2020, p. 8, tradução nossa), presidente da ECMIA, “as mulheres indígenas das Américas aprenderam a caminhar juntas, a discordar e a concordar, a compartilhar cenários e sonhos de justiça com respeito aos nossos direitos”⁶. É fácil notar nesses trechos que as lutas das mulheres indígenas englobam diversos objetivos individuais e coletivos que ultrapassam os limites impostos pelos espaços internacionais (Parisi; Corntassel, 2007) e, como a Declaração das Mulheres Indígenas enfatiza, desafiam as perspectivas a-históricas produzidas em outros espaços.

No entanto, as denúncias das mulheres indígenas sobre os espaços multilaterais das Nações Unidas não as afastam deles. Ao contrário, as mulheres indígenas utilizam esses espaços como zonas de iterações democráticas, que são complexos processos linguísticos,

⁵ Conforme é possível observar no trecho: “Os “objetivos estratégicos” e ações recomendadas enfocam no acesso igualitário e na plena participação das mulheres nas tomadas de decisão, na igualdade de condições sociais, na igualdade de remuneração e na integração e consideração das perspectivas e análises de gênero no debate público. Esses objetivos são ilusórios e sem sentido se não questionar, ao mesmo tempo, as desigualdades entre nações, raças, classes sociais e gêneros. A igualdade na remuneração e na condição social do chamado Primeiro Mundo só é possível graças a manutenção de um modelo de desenvolvimento que, além de não ser sustentável, aumenta as violações de direitos humanos das mulheres, dos povos indígenas e de outras nações. Ao colocar demasiada ênfase na discriminação e na igualdade de gênero, a Plataforma despolitiza a problemática enfrentada pelas mulheres indígenas (Declaración de las Mujeres Indigenas en Beijing, 1995, tradução nossa).

⁶ Trecho original: “Las mujeres indígenas de las Américas aprendimos a caminar juntas, a discrepar y a consensuar, a compartir escenarios y sueños de justicia con respeto a nuestros derechos”.

legais e políticos em transformação que não estão estritamente vinculados ao Estado-Nação (Benhabib, 2011). Para Vitale e Nagamine (2022), os movimentos das mulheres indígenas da América Latina são exemplos de como as iterações democráticas e o cosmopolitismo conceituados por Benhabib são praticados. Para as autoras, as líderes indígenas da América Latina são mediadoras que buscam atuar sobre as diferenças culturais entre local e global (Vitale; Nagamine, 2022).

Em suma, em meio as ruínas socioambientais provocadas pela ação de alguns humanos movidos pela acumulação de capital, a agência das mulheres indígenas transforma as práticas políticas externas e internas de suas comunidades e modificam a própria formação/aplicação dos conceitos que a compreendem. A construção de redes transnacionais tensiona as práticas institucionalizadas a partir dos Estados Unidos e da Europa, jogando luz as formas ancestrais de diálogo coletivo. As próximas seções buscam analisar justamente essas práticas políticas, focalizando nas propostas das lideranças indígenas.

A COLABORAÇÃO POLÍTICA POR MEIO DE UMA REDE TRANSNACIONAL: A *CUMBRE DE MUJERES ORIGINARIAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA*

As práticas políticas das mulheres indígenas não são resumidas apenas na busca por reconhecimento em instituições internacionais, mas na construção de seus próprios espaços políticos. Em outras palavras, é um movimento triplo não-hierarquizado, em que as experiências locais, regionais e globais são entrelaçadas para a tradução, o reconhecimento, a modificação e a reivindicação de normas e práticas que modificam a vivência das mulheres e dos povos indígenas em geral. No caso de redes transnacionais que buscam articular organizações locais regionalmente, o internacional transpassa seus objetivos, enfatizando ainda mais o sentido de iterações democráticas de Benhabib (2011). Com isso, a discussão tem como característica a complexidade das sobreposições de identidades (mulher, indígena, amazônica, etc.) ou na interseccionalidade, nos termos de Crenshaw (1989), nas instituições locais, regionais e globais (Vitale, 2021).

A *Cumbre de Mujeres Originarias de la Cuenca Amazónica* (Cumbre a partir daqui) de 2021 é a constatação disso, pois surge da articulação das organizações indígenas nacionais em torno da COICA. Criada em 1984, a COICA defende as reivindicações dos povos indígenas

da Amazônia, coordena com os membros as atividades realizadas na região oriundas de projetos internacionais, fortalece a unidade e a colaboração mútua entre os povos e promove a valorização cultural dos povos-membros. São 511 povos indígenas representados pela organização, subdivididos entre as representações nacionais dos 9 países amazônicos (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela) (COICA, 2023).

A COICA, mesmo com a articulação da Cumbre e de três eventos anteriores sobre e para as mulheres indígenas⁷, só elegeu uma mulher como presidente em 2023 (COICA, 2023). Justamente com essa eleição, rompeu uma disputa política que tentava deslegitimar a eleição de Fainy Kuiru ao cargo e que, por consequência, fragmentou setores da COICA. Com a judicialização do impasse, a organização teve que reiterar a sua liderança regional e chamar por uma unidade colaborativa (Jaramillo, 2023). Para Fainy Kuiru, ser presidente da COICA é uma grande responsabilidade que tem muitos desafios, principalmente por conta da misoginia de alguns membros (Jaramillo, 2023). Porém, ela observa que é justamente nas mulheres indígenas da organização que está sua maior força, para ela:

[...] Nós, mulheres, trabalhamos em conjunto e hoje, graças a isso, há coesão no Conselho de Mulheres da COICA. Fazer parte deste conselho tornou mais fácil para eu trabalhar com as mulheres e fazer propostas na cúpula para construir uma agenda de trabalhos comum para os direitos das mulheres. Foi criada uma rede de mulheres que considera questões importantes para nós, como as alterações climáticas, o empreendedorismo econômico, a autonomia alimentar. É nisso que temos trabalhado como amazonenses, porque é essencial estarmos unidas e colaborar com nossos colegas, porque até agora a voz da COICA tem sido uma voz masculina. Temos os nossos planos e sabemos o que fazer na COICA (Jamarillo, 2023).

A cúpula que Fainy Kuiru fala é justamente a Cumbre analisada aqui. Como ela apontou, a Cumbre organizou os objetivos principais em cinco mandatos ou eixos de ação: 1. Criação de um fundo para as mulheres indígenas da Bacia Amazônica; 2. Estruturação de uma rede de mulheres indígenas defensoras do território amazônico; 3. Articulação do movimento das mulheres indígenas da Amazônia colombiana; 4. Efetivação da paridade de gênero nas organizações filiadas à COICA; 5. Monitoramento das propostas dos mandatos anteriores

⁷ 2014, Encontro das lideranças da COICA para a construção da Política de Gênero; 2017, I Congresso de Mulheres Indígenas Amazônicas; 2018, II Congresso de Mulheres Indígenas Amazônicas.

(COICA, 2021). Com isso, as mais de 150 participantes da Cumbre esperam que se efetive uma agenda própria das mulheres indígenas na COICA.

É interessante notar que as discussões sobre os problemas vivenciados pelas mulheres indígenas foram multidimensionais, reforçando a originalidade e coletividade da perspectiva das mulheres originárias da região. Em relação ao modelo de desenvolvimento que impactam as mulheres, elas encontraram como problemas: a construção de rodovias, a extração mineral, a exploração de petróleo, implementação de hidrelétricas e plantas eólicas, desmatamento, narcotráfico, tráfico de pessoas e falta de demarcação territorial. Para solucionar esses problemas, seriam precisos: implementação de processos de conscientização das comunidades indígenas sobre os megaprojetos, constituição de conselhos indígenas em cada região da Amazônia, organização social para protestos pacíficos e criação de conselhos de mulheres indígenas nos territórios (COICAa, 2022).

Sobre as mudanças climáticas, as mulheres da Cumbre observaram cinco problemáticas: intensificação do extrativismo, escassez de alimentos agrícolas e da piscicultura devido à contaminação, incidência de inundações nos territórios indígenas, modificações das plantações e aumento populacional. As soluções contempladas giram em torno da consolidação dos encontros dos povos indígenas sobre a mudança climática, recuperação dos conhecimentos ancestrais, plano de ação para uso sustentável dos recursos e de conservação de áreas úmidas. Ligado a isso, os problemas sobre o trabalho e a economia local também foram discutidos. Além da percepção do modelo econômico dominante, as mulheres indígenas têm como desafio a presença do narcotráfico em seus territórios, políticas estatais que ameaçam a demarcação das terras indígenas e a falta de incentivo para a economia guiada por mulheres. Para isso, elas acreditam que o fortalecimento das mulheres nas comunidades por meio dos demais projetos seja essencial para amenizar os problemas externos e internos (COICA, 2022).

Contudo, os direitos das mulheres são ameaçados com a violência sexual, o que poderia ser solucionado com a organização e mobilização pelos direitos, com o diálogo com governos nacionais e com a criação de regras internas para combater a violência de gênero nas comunidades indígenas. Todas essas soluções passam pelo intercâmbio de conhecimentos dos povos associados, principalmente no compartilhamento de saberes sobre saúde, política e ecologia dos anciões para as novas gerações (COICA, 2022). Inclusive, essa é uma característica da diplomacia indígena, em que a ancestralidade encontra os

desafios contemporâneos em um movimento claro de busca por ação política nos espaços indígenas e não-indígenas, como mostra Arias, Arias e Hutchinson (2012, p. 12, tradução nossa): “Fazer diplomacia significa entrar em espaços externos com dedicação, responsabilidade, sabedoria e princípios. Significa comunicar-se com a força e o poder dos antepassados. É preciso deixar um bom ambiente e um bom espírito”⁸.

O documento discutido na Cumbre e enviado para a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC, em inglês) mostra a indignação das mulheres indígenas da Bacia Amazônica de não compartilhar o mesmo grau de decisão, mas, inversamente, de serem o centro dos impactos das ações globais. O posicionamento das mulheres da Cumbre também segue a mesma perspectiva histórica da Declaração das Mulheres de 1995, na qual as violências históricas do colonialismo e de novas formas de dominação são responsáveis pela destruição planetária e a subordinação das subjetividades. Para elas, “O atual sistema de financiamento do clima não está protegendo as florestas, apenas busca reduzir as emissões e continuar perpetuando o modelo socioeconômico que prioriza o capital ao invés da vida; isso nos trouxe aqui” (COICA, 2021, p. 2).

A chegada das mulheres da Cumbre não é de mãos e mentes vazias, ao contrário, é cheia de propostas e ideias que movimentam a construção de práticas locais e internacionais. No documento, são elencadas sete delas, são: 1. Inclusão das mulheres da Bacia Amazônica nas discussões e decisões internacionais sobre a Amazônia, como protagonistas nas negociações, implementação e receptoras de projetos de prevenção, mitigação e indenização dos desastres socioambientais; 2. Reconhecimento da contribuição das mulheres indígenas no papel da sobrevivência biocultural da Amazônia; 3. Apoio aos projetos de proteção ambiental, cultural e de economias próprias das mulheres indígenas; 4. Realização de ações para criminalizar desaparecimentos e assassinatos de líderes indígenas; 5. Titulação das terras indígenas como propriedade coletiva dos povos indígenas; 6. Financiamento efetivo e direto dos fundos climáticos; 7. Diálogo direto da UNFCCC com o Conselho de Mulheres da COICA (COICA, 2021).

⁸ Trecho original: “Hacer diplomacia significa ir a espacios externos con dedicación, responsabilidad, sabiduría y principios. Hay que comunicarse con la fuerza y el poder de los ancestros. Hay que dejar un buen ambiente y un buen espíritu”.

Infelizmente, a declaração da COP26, evento que ocorreu no mesmo ano, não reconheceu nenhuma das propostas enviadas. É possível notar no documento final da UNFCCC que o uso dos termos “mulher” e “gênero” são desconectados do termo “povos indígenas”. Enquanto os primeiros relacionam a necessidade de empoderamento feminino e participação equitativa de gênero, o segundo é ligado aos impactos ambientais e as possíveis soluções oriundas dessas comunidades (UNFCCC, 2021). Isso explica, mais uma vez, a mobilização da Cumbre para o reconhecimento das ações das *mulheres indígenas* em todos os níveis da proteção ambiental, social e cultural.

Além do plano de ação proposto tanto ao nível regional e internacional, a Cumbre teve um papel mais profundo de articulação das mulheres indígenas da Bacia Amazônica. No documento final, a Cumbre é descrita como um lugar, onde “[...] as mulheres partilharam a palavra doce, o pensamento sábio, as alegrias e as dores” (COICA, 2021, p. 1). A oportunidade encontrada é, possivelmente, parte de uma luta histórica das mulheres indígenas da COICA para o protagonismo de suas agências locais e internacionais. Os resultados não podem ser medidos em termos de eficácia, pois, ao mesmo tempo que há a falta de aplicação das propostas, também resulta na eleição da primeira mulher presidente da COICA e da criação de um plano de igualdade de gênero na instituição (COICA, 2023). A percepção de Kuiru Castro sobre a Cumbre resume bem qual a importância das mulheres indígenas participantes e de suas propostas coletivas:

[...] um movimento diversificado de mulheres está se formando atualmente na região amazônica, por meio de formas de trabalho coletivo e do estabelecimento de redes em várias escalas que lutam pela defesa do território e pelo bem viver da comunidade. Portanto, as geografias da esperança não são estáticas, no sentido de que se restringem à localidade onde ocorre o trabalho dos grupos de mulheres, mas são mantidas e ampliadas por meio de redes para a troca de conhecimentos e experiências de participação e organização conjunta (Leal, Correa, Kuiru Castro, 2022, p. 64, tradução nossa)⁹.

⁹ Trecho original: “[...] en el momento se está dando forma a un movimiento de mujeres diverso en la región amazónica, a través de formas de trabajo colectivo y establecimiento de redes multiescalares que luchan por la defensa del territorio y el buen vivir comunitario. Por tanto, las geografías de la esperanza no son estáticas, en el sentido de que se restrinjan a la localidad donde se desarrolla el trabajo de las agrupaciones de mujeres, sino que se mantienen y expanden a través de las redes de intercambio de saberes y experiencias de participación y organización conjunta”.

As três abordagens apresentadas por Whyte (2017) foram aplicadas na Cumbre, ou seja, as ações são guiadas pelos conhecimentos dos antepassados e pelo desejo de construir um futuro para as próximas gerações. A Cumbre mostra também que os processos políticos empregados pelas mulheres indígenas são fluídos e dialógicos. Dessa forma, as lideranças políticas são essenciais para a compreensão desses movimentos ativistas cosmopolitas, pois são nelas que podemos encontrar as principais representações, objetivos e estratégias de ação política e de sustentação de perspectivas conceituais. Tendo isso em vista, a próxima seção visa debater sobre os discursos das mulheres indígenas envolvidas na Cumbre como ações políticas nas brechas das crises socioambientais contemporâneas.

AS VISÕES MULTIDIMENSIONAIS DAS LIDERANÇAS DA CUMBRE SOBRE/DESDE A AMAZÔNIA

A organização da Cumbre contou com nove lideranças, todas de regiões, idades e trajetórias diferentes. Todas têm em comum a luta pela conquista de espaços e a construção de uma agenda coletiva para as mulheres indígenas, principalmente aquelas da região amazônica. É importante notar que não se pode mistificar as subjetividades dessas mulheres e nem mesmo desprezar as diferenças políticas entre elas. Essa seção foge dessa concepção e busca, por meio de uma breve apresentação, enfatizar suas perspectivas individuais que impactam os processos políticos coletivos. Além disso, é preciso investigar quais são as bases que constroem o ativismo indígena da Cumbre para a análise ser coerente e crítica, como deve ser. Para isso, utilizamos as informações encontradas em sites, entrevistas e na produção própria das lideranças.

Claudette Labonté, do povo Palikur da Guiana Francesa, é uma liderança reconhecida em seu país e na COICA. Em 2021, foi Coordenadora de Mulheres e Famílias da COICA e encabeçou a organização da Cumbre. Para ela, o encontro foi um momento de afirmação das identidades das mulheres indígenas como defensoras da floresta (COICA, 2022). A visão de Labonté sobre a Amazônia é transpassada pelas disputas locais que seu povo vive, principalmente com as políticas de exclusão dos povos indígenas vindas de Paris e as invasões de garimpeiros nas terras indígenas (Coffey, 2021; Gámez, 2020). Nas palavras de Labonté, “O território amazônico tem sofrido todas as formas de violência, e as mulheres indígenas de

toda a região têm sido vítimas de sistemas extrativistas, economias ilegais, conflitos armados, patriarcado, incompreensão e desrespeito” (COICAb, 2021, p. 1, tradução nossa)¹⁰.

Labonté enfatiza que sua luta é pela participação feminina nos espaços de tomadas de decisão. Em sua trajetória, ela observa que a discriminação por ser indígena afetou sua vivência nas escolas e espaços não-indígenas, do mesmo modo sua participação em espaços indígenas é questionada por ser mulher (Price, 2019). Esse caminho de saída da aldeia para os centros urbanos e o retorno ao local de origem foi percorrido também por *Fanny Kuiru*. Atualmente presidente da COICA, Kuiru Castro é advogada, mestre em estudos políticos e relações internacionais pela Universidad del Rosario, Colômbia, e tem como especialidade a luta dos povos indígenas na conquista de direitos individuais e coletivos no âmbito nacional e internacional (Jaramillo, 2023).

Desde muito nova, Kairu Castro se envolveu na política local e organizou ações para a demarcação de seu território, o maior da Colômbia (Global Landscapes, 2022). Para ela, as mulheres são essenciais na proteção ambiental e a manutenção da segurança alimentar dos povos indígenas (Kuiru Castro, 2019; Leal, Correa, Kuiru Castro, 2022). As relações entre as mulheres e o território ultrapassam a resistência política imaginada por observadores ocidentais e encontram abrigo no campo íntimo do espírito, como é possível notar nesse trecho escrito por Kairu Castro:

As mulheres são as melhores defensoras do território porque o restauram, o protegem e o alimentam com seus cantos e orações enquanto semeiam. Semear para curar o território e restaurar a floresta vem desde as leis de origem dos povos amazônicos [...] esse é um papel que foi invisibilizado, no entanto, é um trabalho fundamental na cura, restauração do território e das florestas com espécies nativas e frutíferas (Leal, Correa, Kuiru Castro, 2022, p. 63, tradução nossa)¹¹.

¹⁰ Trecho original: “El territorio amazónico ha sufrido todas las formas de violencia, y las mujeres indígenas, a lo largo de la región, han sido víctimas de los sistemas extractivistas, las economías ilegales, los conflictos armados, el patriarcado, la incompreensión y la falta de respeto. Lo que padece la Amazonía es una réplica de lo que vivimos las mujeres indígenas más allá de las fronteras políticas y geográficas”.

¹¹ Trecho original: “Las mujeres son las mejores defensoras del territorio porque lo restauran, lo protegen y lo alimentan con sus cantos y oraciones cuando siembran. Sembrar para sanar el territorio y restaurar la selva viene desde las leyes de origen de los pueblos amazónicos [...] Este es un rol que ha estado invisibilizado, no obstante, es un trabajo fundamental en la sanación, restauración del territorio y los bosques con especies nativas maderables y frutales”.

Bernice Serataya luta pela utilização desse conhecimento ancestral para os problemas de saúde contemporâneos. Durante a pandemia de COVID-19 (2020–2022), foi responsável pela captação e distribuição de recursos do Fundo de Emergência da Bacia Amazônica da COICA. Mas, sua participação política em organizações indígenas se inicia em 2009 com o envolvimento técnico para a formulação da nova Constituição boliviana, promulgada em 2009 (Global Landscapes, 2023). Atualmente, Serataya trabalha em um projeto, financiado pela *Conservation International*, de criação de farmácias naturais focadas na igualdade de gênero e no manejo sustentável dos medicamentos naturais. Em sua participação na Avaliação Rápida da Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos na Amazônia da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), deixou claro sua participação política de protagonismo local/regional: “Nós, indígenas, estamos certos de que somos os verdadeiros atores e precisamos estar incluídos sempre. Como organização, como povo e como comunidade trouxemos um conhecimento para expressar aqui” (OTCA, 2022, s.p).

Participar de espaços políticos, mesmo por conta da “teimosia” de mulher indígena, é o que *Rosimere Maria Vieira Teles* faz em sua vida. Com vontade de estudar, Rosimere Arapaço, como é conhecida no movimento indígena, foi para um internato para aprender português e entender mais sobre o mundo. Após isso, encontrou a oportunidade de conhecer de fato esse outro lado com a proposta de ser empregada doméstica no Leblon, um dos bairros mais nobres do Rio de Janeiro, ficou alguns anos e retornou para seu território para iniciar sua trajetória política. Desde 1994 participou da construção de diversas organizações indígenas, principalmente como propulsora da participação das mulheres indígenas. Hoje, faz parte da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB) e participa de eventos para reforçar o protagonismo da mulher indígena. Para ela, a mulher indígena é cheia de conflitos, ao estar no centro das relações sociais sente a pressão externa para certos comportamentos individuais, como, por exemplo, ser esposa, mãe, etc. (Jacinto, 2010).

A trajetória pessoal de Rosimere Arapaço mostra seu trânsito nos espaços locais, nacionais e transnacionais que, por consequência, guia sua atuação política. Na I Marcha das Mulheres Indígenas em 2019, na qual o tema foi “Território: nosso corpo; nosso espírito”, Rosimere Arapaço reforçou a conexão intrínseca do território com a existência dos povos indígenas, principalmente com relação ao conhecimento ancestral. Nesse mesmo evento, ela também mostrou que o território não é limitado, já que seu objetivo era “[...] fortalecer a luta

das mulheres indígenas junto com as mulheres do Brasil, de todos os movimentos sociais que gritam pela justiça” (Modino, 2019, s.p).

Nemo Andy Guiquita sempre escutou os gritos de seus familiares pedindo por justiça, principalmente de sua avó Dayuma Kanto. A escuta virou ação política. Nemo criou a própria organização de mulheres Waorani para impulsionar os negócios de produção de chocolate e artesanato de suas companheiras (Global Landscapes, 2022). A ativista participa ativamente de diversos espaços nacionais e internacionais para cobrar o Estado equatoriano por suas políticas extrativistas que influenciam diretamente na vida das mulheres indígenas. A percepção das múltiplas violências sofridas faz com que Nemo também atue internamente, para isso, criou uma escola de liderança para suas companheiras retomar o protagonismo da luta feminina, mesmo que haja grandes empecilhos por parte dos homens indígenas. Para ela, as sociedades indígenas e não-indígenas invisibilizam as violências contra as mulheres, enfraquecendo a efetivação dos instrumentos jurídicos de proteção (Zembrano; Basilago, 2022). Por isso,

[...] Nós, mulheres, estamos nos organizando para tornar visíveis todos os problemas que temos e para fazer com que nossas vozes sejam ouvidas não apenas em nossos territórios: de alguma forma, elas precisam alcançar outros níveis do Estado e internacionalmente, porque nós, mulheres que vivemos na floresta, às vezes sentimos que nossos direitos fundamentais não estão sendo atendidos (Zembrano; Basilago, 2022, s.p, tradução nossa)¹².

Inclusive, a justiça pode ser prejudicial para as mulheres indígenas que buscam por direitos. Em 2008, o governo peruano, liderado por Alan García, iniciou o processo de implementação do Tratado de Livre Comércio em parceria com os Estados Unidos. Os decretos legislativos para dar a base legal para o tratado foram editados pelo próprio poder executivo e enfraquecia a proteção dos territórios indígenas das regiões ambicionadas pelo governo e pelas empresas multinacionais. Do outro lado, o movimento indígena organizou protestos massivos e extensos contra o governo. Em junho de 2009, a tensão entre governo e povos indígenas explodiu com a repressão policial que causou a morte de 30 pessoas, uma

¹² Trecho original: “[...] nos estamos organizando las mujeres, para hacer visible toda la problemática que tenemos y que nuestras voces se escuchen no sólo en nuestros territorios: de alguna manera tienen que llegar a otros niveles del Estado e internacionalmente, porque las mujeres que vivimos en la selva a veces sentimos que nuestros derechos fundamentales no están siendo atendidos”.

centena de feridos e desaparecidos. A versão do governo foi vinculada na mídia tradicional, na qual os indígenas eram descritos como selvagens e terroristas (Peñafiel, Radomsky, 2011).

No centro do furacão midiático e jurídico iniciado por García, *Teresita Anzatu* foi alvo de um pedido de prisão que elencava os crimes de motim, sedição e contra a paz pública. Instantaneamente, os movimentos sociais do Peru e internacionais aumentaram a pressão contra o governo (FIDH, 2009). Teresita resistiu ao processo de perseguição do Estado e continuou com a organização de instâncias femininas em todas as organizações indígenas do Peru que participou. O orgulho de sua história pessoal é evidente em sua fala, principalmente com o reconhecimento de suas companheiras e “[...] hoje, até os homens me chamam de ‘mulher histórica’ porque sou alguém que eles conhecem [...]” (Rodríguez, 2023, s.p, tradução nossa)¹³.

A defesa pelos direitos dos povos indígenas Teresita tem como base a cosmovisão de seu povo, que entende que defender a natureza é defender eles mesmo, do modo inverso, destruir a natureza é um processo de autodestruição. A relação das mulheres com a natureza, para ela, é especialmente próxima por conta dos ensinamentos de que a mãe é a natureza. Ela também observa que, mesmo com avanços importantes para as mulheres, ainda há um caminho muito árduo a seguir para que homens e mulheres trabalhem para gerir o território (Arellano, 2022; Rodríguez, 2023).

As cartografias de *María Fernanda Pérez* mostram a conexão entre a cosmovisão e a ação política multidimensional das mulheres indígenas. A demarcação da terra Yabarana, defendida por María, não era somente para seu povo, mas também para outros povos que conviviam em harmonia no mesmo território. Essa conexão entre comunidades se deu por meio do compartilhamento de lugares sagrados (Almeida, Marín, 2013). Além da demarcação territorial, María participou da criação e manutenção dos laços linguísticos de seu povo, sempre com muita destreza e paciência. Em um evento organizado pelo governo da Venezuela em 2017 que buscava aproximação com os povos indígenas, María resumiu a visão de seu povo: “Nós, os Yabarana, somos como Mayawoká, nosso criador, pacientes. Ele fazia

¹³ Trecho original: “[...] hoy hasta los hombres me dicen ‘mujer histórica’ por decir que soy alguien que conoce [...]”.

as coisas com calma para serem bem feitas, mas também somos corajosos como os Mayawoká” (ORPIA, 2018, p. 58, tradução nossa)¹⁴.

Do Suriname, *Jossien Tokoe* representa as mulheres e os povos indígenas em diversos espaços políticos regionais e internacionais, principalmente aqueles ligados as mudanças climáticas. Foi representante da COICA para implementação do programa REDD+ e da Cúpula Indígena do UNFCCC. Nas jornadas internacionais, Josien enfatizou a continuidade da Mãe Terra com as mulheres indígenas e não-indígenas. Para ela, as mulheres indígenas precisam estar em paridade com os homens na tomada de decisão e na efetivação de propostas de solução para a crise socioambiental contemporânea (NORAD, 2018). Em 2002, na construção da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas da Organização dos Estados Americanos (OEA), Josien convidou os demais membros a não só pensar nas palavras utilizadas na Declaração, mas também em suas possibilidades de ação (OEA, 2002).

Pensamento, palavra e ação é característico da participação de Jossien e das outras lideranças indígenas. A jovem Lokono da Guiana, *Don Bernadette Stoll*, caminha pelas pegadas dessas mulheres, mas não perde sua própria agência. Responsável pela área de relações políticas da *Ameridian Peoples Association* (APA), ela se formou na Universidade da Guiana e utiliza sua posição para auxiliar nos projetos da associação. Para ela, as mulheres ainda não são ouvidas, mesmo que falem sobre os mesmos problemas que os homens (COICA, 2022). Na tabela abaixo, podemos observar a multiplicidade de etnias dessas lideranças indígenas, que encontraram em um espaço transnacional a possibilidade da fala e da escuta recíproca. Além disso, os trechos trazidos pela tabela também enfatizam as perspectivas multidimensionais das líderes. Os discursos dessas mulheres são acumulados por suas trajetórias individuais e distribuídos em todos os espaços que estão.

¹⁴ Trecho original: “Nosotros los yabarana somos como Mayawoká nuestro creador, paciente, él hacía las cosas con calma para que le quedaran bien hechas, pero también somos bravos como Mayawoká”.

TABELA 1: Resumo das lideranças indígenas envolvidas na organização da Cumbre.

LIDERANÇA	POVO/ORIGEM	DISCURSO RESUMIDO
Claudette Labonté	Palikur/Guiana Francesa	"O que a Amazônia sofre é uma réplica do que as mulheres indígenas vivenciam além das fronteiras políticas e geográficas".
Fany Kuiru Castro	Uitoto/Colômbia	"Mulher e território se uniram para enfrentar todos os maus-tratos e toda a escravidão [...]".
Bernice Serataya	Chiquitano/Bolívia	"Temos que recuperar nosso conhecimento".
Rosimere Maria Vieira Teles	Arapáço/Brasil	"[...] O movimento indígena quer bem estar coletivo, a nossa luta do movimento indígena, nossa fala de mulheres indígenas, a minha visão de mulher indígena".
Nemo Andy Guiquita	Waorani/Equador	"O trabalho das mulheres indígenas é muito complicado, arriscamos nossas vidas, por estarmos na vanguarda dessas lutas, sofremos discriminação, agressão, mas mesmo assim estamos protegendo nosso território. Porque sabemos que é a única coisa que temos agora, porque é o lar herdado de nossos antepassados, então, nós mulheres estamos aqui para continuar defendendo o que é nosso".
Teresita Antazu	Yanesha/Peru	"Sentimos que fazemos parte do processo da natureza. [...] Crescemos com a ideia de que tudo é nossa família. Portanto, acredito que fazemos parte da natureza, e é por isso que estamos sempre defendendo nossos recursos naturais, nossas florestas e nossa biodiversidade".
María Fernanda Pérez	Yabarana/Venezuela	"Nós, as mulheres, vamos continuar protegendo nosso território porque é isso que deixaremos para nossa próxima geração".
Jossien Tokoe	Kariña/Suriname	"Os povos indígenas das Américas protegeram o continente por muitos séculos até agora. Apenas 500 anos após a colonização, o planeta inteiro está à beira da destruição ambiental, mas muitos governos querem nos colocar à margem, como se estivéssemos impedindo o desenvolvimento. O que vocês chamam de autodeterminação,

		desenvolvimento e outros termos semelhantes?”.
Don Bernadette Stoll	Lokono/Guiana	“Nossas vozes ainda não estão sendo ouvidas. As pessoas preferem escutar uma perspectiva masculina [...]”.

Fonte: Elaboração própria com trechos traduzidos de COICA (2022); Universidad del Rosario (2019); InfoAmazonia (2021); Modino (2019); Zembrano, Basilago (2022); Rodriguez (2023); OEA (2002).

Dois pontos em comum dos discursos são encontrados. Primeiro, a insistência na participação feminina nos espaços políticos. Se enquadrarmos as mulheres indígenas como identidades bivalentes oprimidas tanto na distribuição econômica quanto no reconhecimento de sua cultura (Fraser, 1997), podemos dizer que suas ações políticas buscam remediar os dois extremos. Isso desestabiliza as políticas de distribuição de renda dos Estados e de instituições internacionais, muitas vezes pensadas como integração do sujeito, mas não de sua cultura, na sociedade capitalista. Do mesmo modo, incomoda aqueles que não querem compartilhar o mesmo espaço, forçando o reconhecimento de suas identidades. O discurso de *Don Bernadette Stoll* pode enfatizar o reconhecimento, mas o de *Jossien Tokoe* pressiona pela distribuição. Todos os discursos desembocam no fortalecimento do bem-estar coletivo pensado por *Rosimere Maria Vieira Teles*.

Segundo, a brecha encontrada no meio da dicotomia Cultura/Natureza para ação política. As mulheres indígenas transitam entre os espaços humanos e extra-humanos, possibilitando ações políticas integradas com as necessidades da natureza, sem deixar de lado as fraturas do colonialismo (Casas, 2013; Ferdinand, 2022). Isso é observado pela movimentação temporal e territorial das mulheres indígenas. Um exemplo disso é a conexão entre o território como bem coletivo e sagrado herdado dos antepassados de *María Fernández Pérez* e *Nemo Andy Guiquita* com a possibilidade de conhecimento e vivências comuns das próximas gerações de *Bernice Serataya*. Outro exemplo e, talvez, o mais forte, seja a transformação da mulher em natureza e da natureza em mulher, seja pela perspectiva de familiaridade de *Teresita Anzatu*, das violências percebidas por *Claudette Labonté* e da força das raízes femininas encontradas por *Fany Kuiru Castro*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou a colaboração política das mulheres indígenas na formação de redes transnacionais, especificamente na Cumbre promovida pela COICA em 2021. Na primeira seção, pudemos notar que os conceitos universais não conseguem capturar as experiências específicas nas crises socioambientais, principalmente das mulheres indígenas. As práticas políticas das mulheres indígenas nas organizações locais e internacionais auxiliam essa hipótese. É interessante notar que as agentes, recorrentemente, participam dos espaços tradicionais para guiar as discussões com suas ontologias próprias. Os assuntos que as mulheres indígenas estão interessadas são amplos, partindo pelos conflitos de gênero, a climática e chegando à economia local e global. Em outras palavras, as iterações democráticas (Benhabib, 2011) passam pelas mulheres indígenas (Vitale; Nagamine, 2021).

Também se notou que as mulheres indígenas criam seus próprios espaços para a mudança dos hábitos locais, regionais e internacionais. A construção desses espaços possibilita o protagonismo político desejado, além de enfraquecer os preconceitos e os diversos tipos de violência sofridas pelas mulheres. Por meio das análises dos discursos e das práticas políticas das lideranças da Cumbre foi possível notar a atuação multidimensional empregada, combinando o espaço e o tempo em suas identidades. Nesse sentido, a Cumbre foi uma possibilidade de ação encontrada nas brechas deixadas pelos processos políticos e econômicos excludentes, dicotômicos e destruidores de modos de vida fora dos preceitos modernos. Em resumo, a Cumbre mostra que as redes fortalecem a identidade das mulheres em um espaço coletivo de trocas de experiências individuais capazes de modificar os hábitos locais, regionais e internacionais. A eleição de Fany Kuiru Castro para a presidência da COICA é resultado disso.

Um dos empecilhos a esse tipo de política é a própria ontologia dos não-indígenas, que muitas vezes não alcançam as compreensões indígenas. Isso pode gerar uma assimetria de responsabilidades, ou seja, um sobrepeso nas sociedades originárias, principalmente nas mulheres, para a construção de um futuro planetário coletivo, mesmo sendo as “sociedades modernas” responsáveis pelas incertezas do porvir. É um paradoxo que não conseguimos responder aqui, mas que segue pela “indigenização, mulherificação e oncificação” dos povos não-indígenas.

Por fim, os frutos das redes transnacionais de colaboração política podem não ser expressivos no presente, mas certamente irão guiar as próximas gerações de mulheres indígenas, assim como essas mulheres da Cumbre foram guiadas por suas ancestrais. Parafraseando Manuela Picq (2016): as mulheres indígenas são atrizes do presente e elas modificam a política do futuro!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berna de; MARÍN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Boletín informativo mapeo social de pueblos y comunidades tradicionales en la Pan Amazonia**: una red social en consolidación. Manaue: UEA, 2013.

ARELLANO, Astrid. "Nos han enseñado que es nuestra tierra y, si tenemos que morir ahí, moriremos": Teresita Antazú, lideresa indígena yanasha. **Mongabay**, 2022. Disponível em: <https://es.mongabay.com/2022/04/amenazas-a-pueblos-indigenas-peruanos-teresita-antazu-lideresa-indigena-entrevista/>. Acesso em: 29 dez. 2023.

ARIAS, Ana Manuela Ochoa; HUTCHINSON, Joanne; ARIAS, Luis Fernando Arias. **Tejiendo alianzas para la diplomacia indígena**: ejercicios de buenas prácticas. Bogotá: ONIC, 2012.

BENHABIB, S. **Dignity in adversity**: Human rights in troubled times. Cambridge: Polity, 2011.

BHATTACHAN, Krishna B. et al. Climate justice for indigenous women: urgency and way forward. **AIPP**, 2022, Disponível em: <https://lcipp.unfccc.int/sites/default/files/2022-04/AIPP%20Climate%20justice%20for%20indigenous%20women.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2023.

CASAS, Tanya. Transcending the Coloniality of development: moving beyond Human/Nature hierarchies. **American Behavioral Scientist**, v. 20, n. 10, 2013. DOI: 10.1177/0002764213495030.

CASTRO, Fany Kuiru. **La fuerza de la manicuera**: acciones de reistencia de las resistencias de las mujeres uitoto de la Chorrera, Amazonas, durante la explotación del caucho, Casa Arana. Dissertação (Mestrado em Estudos Políticos e Internacionais), Universidad del Rosario, Bogotá, p. 122, 2019.

CHAKRABARTY, Dipesh. Anthropocene time. **History and Theory**: v. 57, n. 1, 2018. DOI: 10.1111/hith.12044.

CHAKRABARTY, Dipesh. Planetary Crises and the Difficulty of Being Modern. **Millennium**, v. 46, n. 3, 2018. DOI: 10.1177/0305829818771277.

CHIRAPAQ - Centro de Culturas Indigenas del Perú. **Declaración de las mujeres indígenas en Beijing**, 1995. 2013. Disponível em: <http://www.chirapaq.org.pe/wp->

[content/uploads/sites/3/2018/03/Declaracion-de-las-Mujeres-Indigenas-en-Beijing.pdf](#). Acesso em: 27 dez. 2023.

COFFEY, David. Mountains of gold, rivers of mercury: poisoning of Guiana and French Amazon. **RFI**, 2021. Disponível em: <https://www.rfi.fr/en/france/20210909-mountains-of-gold-rivers-of-mercury-poisoning-of-guiana-and-the-french-amazon>. Acesso em: 27 dez. 2023.

COICA. **Carta para a COP**. 2021. Disponível em: https://mujeres.coicamazonia.org/wp-content/uploads/2021/10/COP_COICA_Mulheres_Carter.pdf. Acesso em: 27 dez. 2023.

COICA. La Amazonia desde la visión de mujeres indígenas originarias. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F5GrE8DrC6o&list=PLFS4eMiPdiz4B1CeTdcob1iHzSQD_SfUx&index=1. Acesso em: 27 dez. 2023.

COICA. **Mujeres Indígenas de la Amazonía alzan su voz para liderar estrategias y medidas concretas de protección en la cuenca más grande del mundo**. 2021. Disponível em: https://www.ambienteysociedad.org.co/wp-content/uploads/2021/10/COMUNICADO-CUMBRE-MUJERES-COICA.docx_removed.pdf. Acesso em: 27 dez. 2023.

COICAa. **Somos COICA**. La Floresta Casilla, ed. 2, 2022. Disponível em: <https://coicamazonia.org/revista-coica/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

CONSERVATION INTERNATIONAL. **2021 annual report**. Conservation International: Arlington, 2021.

CRENSHAW, Kimberly. Demarginalizag the intersectionality of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, vol. 1989, n. 1, p. 139-168, 1989.

CRUTZEN, Paul J. Geology of mankind: The Anthropocene. **Nature**, v. 415, n. 23, 2002. DOI: 10.1038/415023a.

DETRAZ, Nicole. **Gender and the Environment**. Cambridge: Polity, 2017.

ECMIA - Enlace Continetal de Mujeres Indigenas de las Americas. **Mujeres Indígenas de las Americas a 25 años de Beijing**: avances, brechas y desafíos. Lima: FIMI, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.

FERNANDES, Geraldo Wilson, et al. Deep into the mud: ecological and socioeconomic impacts of the dam breach in Mariana, Brazil. **Natureza e Conservação**, v. 14, n. 2, 2016. DOI: 10.1016/j.ncon.2016.10.003.

FIDH. **Hostigamiento judicial contra la Sra. Teresita Antazu**. 2009. Disponível em: <https://www.fidh.org/es/region/americas/peru/Hostigamiento-judicial-contra-la,6937>. Acesso em: 29 dez. 2023.

GÁMEZ, Luna. A dupla ameaça para os povos da Amazônia. **El País**, 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/planeta_futuro/2020-04-23/a-dupla-ameaca-para-os-povos-da-amazonia.html. Acesso em: 27 dez. 2023.

Global Landscapes. **Speakers**. 2022. Disponível em: <https://events.globallandscapesforum.org/speaker/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

InfoAmazonia. **La apuesta de las guardianas de la Amazonia**. 2021. Disponível em: <https://infoamazonia.org/es/2021/10/14/la-apuesta-de-las-guardianas-de-la-amazonia/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

JACINTO, Andrea Borghi Moreira. Mulheres indígenas: políticas públicas, movimento social e uma trajetória: entrevista com Rosimere Arapaço. In: BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; ANDREUCCI, Ana Claudia Pompeu Terezan. **Mulher, sociedade e direitos humanos: homenagem à Professora Esther de Figueiredo Ferraz**. São Paulo: Rideel, 2010, p. 549-573.

JARAMILLO, Johana Fernanda Sánchez. COICA: Nova líder acredita que as mulheres podem ser a chave para a união. **Global Voices**, 2023. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2023/04/18/coica-nova-lider-acredita-que-as-mulheres-podem-ser-a-chave-para-uniao/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

LADANTA LASCANTA. El Holoceno: redefinir el Antropoceno desde una mirada ecofeminista. **Ecología Política**, 2017. Disponível em: https://www.ecologiapolitica.info/wp-content/uploads/2017/07/053_LaDanta_2017.pdf. Acesso em: 29 dez. 2023.

LEAL, Karen Lorena Romero; CORREA, Diana Suaza; CASTRO, Fany Kuiru. Mapeo de las organizaciones de mujeres indígenas ligadas a defensa del territorio y en el buen vivir en la Amazonia colombiana. In: LEAL, Karen Lorena Romero et al., **Feminismo y ambiente: un campo emergente en los estudios feministas de America Latina y Caribe**. Buenos Aires: CLASCO, p. 13-86, 2022.

MARRAS, Stelio; TADDEI, Renzo. **O Antropoceno: sobre modos de compor mundos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

MODINO, Luis Miguel. **“O discurso do governo hoje é acabar com os população indígena”**: Entrevista com Rosimere Teles, da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira. 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/591475-o-discurso-do-governo-hoje-e-acabar-com-a-populacao-indigena-entrevista-com-rosimere-teles-da-uniao-das-mulheres-indigenas-da-amazonia-brasileira>. Acesso em: 27 dez. 2023.

MOORE, J. W. Anthropocene, Capitalocene and the flight from world history: dialectical universalism and the geographies of class power in the capitalist world-ecology, 1492-2022. **Nordia Geographical Publications**, v. 51, n. 2, 2022. DOI: 10.30671/nordia.116148.

MOORE, Jason W. **Capitalism in the web of life: Ecology and accumulation of Capital**. Nova York: Verso, 2015.

NORAD. **Oslo Tropical Forest Forum: Parallel 2D**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JUNqxNTLrr4>. Acesso em: 29 dez. 2023.

OEA. **Comentarios de la Delegación de Suriname**. 2002. Disponível em: https://www.oas.org/xxxiiga/espanol/documentos/docs_esp/gtdadindoc72_02.htm. Acesso em: 29 dez. 2023.

ORPIA. **Sitios sagrados naturales de los pueblos indígenas de Venezuela: Guía para su reconocimiento**. ORPIA: Caracas, 2018.

OTCA. **Povos indígenas compartilham saberes e vivências para auxiliar análise sobre a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos na Amazônia**. 2022. Disponível em: <http://otca.org/pt/povos-indigenas-compartilham-saberes-e-vivencias-para-auxiliar-analise-sobre-a-biodiversidade-e-os-servicos-ecossistemicos-na-amazonia/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

PASCOAL, Walison Vansconselos; ZHOURI, Andréa. Os Krenak e o desastre da mineração no Rio Doce. **Ambientes**, v. 3, n. 2, 2022. DOI: 10.48075/amb.v3i2.28271.

PEÑAFIEL, Adriana Paola Paredes; RADOMSKY, Guilherme. Dilemas da interculturalidade e da biodemocracia: o massacre de Bagua, Amazônia peruana. **Amazônica**, v. 3, n. 1, p. 60-87, 2011.

PICQ, Manuela. Simultaneous translations: finding my core in the periphery. In: INAYATULLAH, Naeem; DAUPHINEE, Elizabeth. **Narrative global politics: Theory, history and the personal in International Relations**. Abingdon: Routledge, p. 35-50, 2016.

PICQ, Manuela. **Vernacular Sovereignties: Indigenous women challenging world politics**. Tucson: The University of Arizona Press, 2018.

PORTUGAL, Laura. Sete anos da tragédia-crime em Mariana: morte do Rio Doce impacta a espiritualidade do povo Krenak. **UFMG**, 2022. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/7-anos-da-tragedia-crime-em-mariana-morte-do-rio-doce-impacta-a-espiritualidade-do-povo-krenak>. Acesso em: 29 dez. 2023.

PRICE, Kiley. Meet 3 indigenous women fighting to save the planet. **Conservation**, 2019. Disponível em: <https://www.conservation.org/blog/meet-3-indigenous-women-fighting-to-save-the-planet>. Acesso em: 27 dez. 2023.

RODRIGUEZ, Angela. Teresita Antazu: histórica liderança lucha por igualdad de oportunidades para las mujeres indígenas. **Actualidad Ambiental**, 2023. Disponível em: <https://www.actualidadambiental.pe/teresita-antazu-historica-lideresa-lucha-por-igualdad-de-oportunidades-para-las-mujeres-indigenas/>. Acesso em: 29 dez. 2023.

SÁNCHEZ, Nellys Palermo. Las mujeres indígenas: surgimiento de una identidad colectiva insurgente. **Asuntos Indígenas**, v. 1, n. 2, 2004.

SANTOS, Maria das Graças Quintão. Depoimento: "não é só um fogão, é minha história. **Piauí**, 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/nao-e-so-um-fogao-e-minha-historia/>. Acesso em: 29 dez. 2023.

SUMAÚMA. **Mulherizar, indigenizar, oncificar: a linguagem que expressa a força do movimento indígena**. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/mulherizar-indigenizar-oncificar-a-linguagem-que-expressa-a-forca-do-movimento-indigena/>. Acesso em: 29 dez. 2023.

TORRE, Luísa; CAMPOREZ, Patrik. Watu Morreu. **Agência Pública**, 2017. Disponível em: <https://apublica.org/2017/04/watu-morreu/>. Acesso em: 29 dez. 2023.

UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change. Report of the Conference of the Parties. 2022. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2021_10_add1_adv.pdf. Acesso em: 27 dez. 2023.

UNIVERSIDAD DEL ROSARIO. **Atlas de la Mujer Indígena** - Fany Kuiru. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cKx7yqOvEQc>. Acesso em: 27 dez. 2023.

VITALE, Denise; NAGAMINE, Renata. Towards another cosmopolitanism: transnational activism of indigenous women in Latin America. **Revista Direito GV**, v. 18, n. 3, p. 1-27, 2022. DOI: 10.1590/2317-6172202238.

WHYTE, Kyle. Indigenous climate change studies: indigenizing futures, decolonizing the Anthropocene. **English Language Notes**, v. 55, n. 1, 2017. DOI: [10.1215/00138282-55.1-2.153](https://doi.org/10.1215/00138282-55.1-2.153).

WHYTE, Kyle. Indigenous women, climate change impacts, and collective actions. *Hypatia*, v. 29, n. 3, 2014. DOI: [10.1111/hypa.12089](https://doi.org/10.1111/hypa.12089)

ZAMBRANO, Ela; BASILAGO, Jorge. Nemo Guiquita: "Hay muchas lideresas indígenas que son amenazadas, son violentadas por defender el territorio y nuestros derechos". **La Línea de Fuego**, 2019. Disponível em: <https://lalineadefuego.info/nemo-andi-hay-muchas-lideresas-indigenas-que-son-amenazadas-son-violentadas-por-defender-el-territorio-y-nuestros-derechos/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

Dados de autoria

Giacomo Otavio Tixiliski

Doutorando em Relações Internacionais na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: giacomotixiliski@ufba.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6436-9374>.